

VI CONGRESSO PAULISTA DE ENSINO DE CIÊNCIAS

Itapetininga, 19 de novembro de 2025

DESAFIOS DOS ALUNOS DE ENSINO PÚBLICO NO INGRESSO À UNIVERSIDADE

Natasha Vieira de Oliveira ¹

Samyller da Silva Dascani ²

Vanessa Holanda Righetti de Abreu ³

Introdução

O acesso ao ensino superior no Brasil historicamente não ocorre de forma igualitária, sendo que iniciativas voltadas à sua democratização e ampliação são um fenômeno relativamente recente (Almeida, 2015). Superar este cenário é imperativo para efetivar o direito à igualdade, que, na visão de Bonavides (1994), deve ser material e concreto. Para o autor, os direitos sociais existem precisamente para promover uma 'igualdade niveladora' na prática, o que diretamente se aplica ao desafio de democratizar o acesso ao ensino superior.

O problema de investigação que norteia este estudo é a persistência das barreiras que impedem a efetiva democratização do acesso e a garantia de permanência de estudantes egressos da escola pública no ensino superior, apesar dos avanços nas políticas públicas. Este cenário é agravado por desafios históricos do ensino público, como falta de investimento, infraestrutura precária e desigualdades regionais, que resultam em uma dessemelhança de desempenho entre escolas públicas e privadas (Moraes, 2014). Embora o Brasil tenha registrado avanços na expansão do acesso, persistem problemas como a baixa média de escolaridade e a desigualdade educacional (Castro, 2009). Fatores como acesso desigual à educação básica de qualidade, falta de preparação para exames vestibulares e dificuldade financeira para arcar com custos universitários, podem contribuir para esse desequilíbrio.

Diante dessa problemática, o objetivo definido para esta pesquisa foi realizar uma revisão bibliográfica para mapear e analisar as principais dificuldades, apontadas pela literatura recente, para o ingresso e a permanência de estudantes da educação básica pública no ensino superior.

Metodologia

Este estudo consiste em uma revisão bibliográfica sobre os desafios dos estudantes de ensino público ao acesso na educação superior e sua permanência. A pesquisa foi realizada na base de dados do portal de periódicos

¹ Aluna de mestrado do Programa de Pós-graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores, do Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS), da Universidade Federal do Espírito Santo. ORCID 0000-0001-6376-9544. E-mail: natashav.oliveira@gmail.com

² Aluna de mestrado do PPGEEDUC, CCENS, UFES. ORCID 0009-0000-8048-0021. E-mail: samyllerdascani03@gmail.com

³ Professora Doutora em Biologia Vegetal do Departamento de Biologia e do PPGEEDUC, CCENS, UFES. ORCID 0000-0002-2989-3151. E-mail: vanessahra@yahoo.com.br

VI CONGRESSO PAULISTA DE ENSINO DE CIÊNCIAS

Itapetininga, 19 de novembro de 2025

CAPES e Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), utilizando a seguinte palavra-chave: “Desafios dos alunos de ensino público na educação superior”. Foram utilizados os seguintes filtros para refinar a busca: Filtro Temporal, artigos publicados entre 2020 e 2025, para garantir a análise da produção científica mais recente sobre o tema, onde foram encontrados 38 artigos. Outro filtro usado foi o de Acesso, selecionada a opção “sim”, para acesso aberto, para assegurar a disponibilidade integral dos artigos. Finalizando com filtro de idioma. Optou-se por artigos nacionais, devido à especificidade do contexto educacional brasileiro. O texto completo de quatro artigos foi analisado. Desses, 34 artigos foram descartados por não abordarem especificamente os desafios enfrentados pelos alunos de ensino público na educação superior.

Fundamentação teórica

A educação, para Freire (1983), é um processo de conscientização e transformação. É por meio dela que o indivíduo é capaz de compreender o mundo ao seu redor, identificar os desafios e buscar maneiras de superá-los. Freire (1983) relata que “quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio”. Entende-se que a educação tem a responsabilidade de criar formas para promover a consciência.

A oportunidade de acesso ao ensino superior está marcada pela desigualdade. A educação, nesse cenário, deve ser vista como um meio para transformar essa realidade opressora, um espaço onde a ação humana, aliada à reflexão, pode ser capaz de promover a mudança. Para Freire, essa transformação não acontece de forma espontânea, mas por meio de uma práxis que envolve reflexão crítica e ação concreta, onde os homens são os produtores desta realidade e a reflexão e ação dos homens sobre o mundo pode transformá-lo (Freire, 1987).

Dias Sobrinho (2010) alerta que a avaliação da educação superior não pode ser uma ferramenta simplificadora de regulação. Para o autor, a qualidade é uma questão política que está diretamente ligada aos fins sociais da universidade. Esta visão se opõe diretamente à lógica neoliberal criticada por Trevisol (2019), que denuncia a colonização do campo educativo por uma racionalidade de mercado. Nesta perspectiva, a escola e a universidade são tratadas como empresas, organizadas pela concorrência e eficiência, o que corrói experiências formativas democráticas. Portanto, o grande desafio, conforme Dias Sobrinho (2010), está em superar essa lógica puramente técnica e controladora, buscando um equilíbrio, por meio do diálogo, que garanta uma avaliação formativa e socialmente responsável.

Diante desse cenário, evidencia-se que a democratização do ensino superior esbarra não apenas em barreiras socioeconômicas, mas também em disputas de projeto educacional. De um lado, uma concepção que entende a educação como um bem público e um direito social, orientado por uma qualidade formativa e vinculada à responsabilidade social, conforme defendido por Dias Sobrinho. De outro, uma lógica neoliberal, analisada por Trevisol, que busca submeter as instituições educacionais à racionalidade de mercado.

VI CONGRESSO PAULISTA DE ENSINO DE CIÊNCIAS

Itapetininga, 19 de novembro de 2025

Resultados

Leonardi (2025) analisa a evolução do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nas universidades federais brasileiras, destacando sua importância na permanência estudantil, especialmente para alunos em situações socioeconômicas desfavorecidas. O PNAES busca promover igualdade de oportunidades e inclusão, mas sua implementação enfrenta desafios, como as disputas políticas e a resistência a políticas de assistência. O artigo defende a autonomia universitária e a necessidade de garantir políticas públicas efetivas de permanência, com recursos e infraestrutura adequados, para criar uma universidade pública, democrática e de qualidade, que atenda às necessidades sociais e promova a inclusão.

Alage e Sampaio (2024) estudaram sobre as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, especialmente os de escolas públicas, ao ingressarem no ensino superior. O estudo revela que esses estudantes, muitas vezes, não têm acesso a informações adequadas sobre os cursos universitários e fazem suas escolhas baseados em orientações familiares e de amigos. Além disso, destacam a falta de comunicação entre as escolas de ensino médio e as universidades, o que contribui para o estranhamento do novo ambiente acadêmico e a falta de preparação. O artigo sugere que medidas como a divulgação dos cursos nas escolas e atividades de acolhimento nas universidades poderiam melhorar a adaptação dos estudantes e minimizar as dificuldades dessa transição. Nesse contexto, o artigo defende a ideia de que tanto as escolas quanto as universidades devem assumir um papel mais ativo na preparação dos alunos para a transição ao ensino superior, a fim de diminuir as dificuldades enfrentadas pelos ingressantes.

A consequência das conclusões de Alage e Sampaio (2024) conversam com Quirino *et al.* (2024), que pesquisaram sobre ansiedade entre estudantes que prestam vestibular. Eles que exploram os desafios emocionais, principalmente a ansiedade, enfrentados por jovens de baixa renda que se preparam para o vestibular. O estudo foi realizado com estudantes de um curso preparatório gratuito e focou nas dificuldades psicológicas como ansiedade, expectativa de aprovação e sobrecarga mental, comuns nesse período. A intervenção teve como objetivo oferecer estratégias de enfrentamento da ansiedade, ajudando os estudantes a lidarem com as pressões do momento de forma mais saudável. O estudo destaca a importância de apoiar esses jovens em sua preparação emocional para o vestibular, dado o contexto de vulnerabilidade social e emocional da adolescência.

Por fim, Magalhães *et al.* (2022) discutem a importância das políticas de assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com foco no Instituto Federal de Rondônia (IFRO). O estudo destaca o papel desses programas, como o Programa de Auxílio Moradia (PROMORE), na permanência e sucesso acadêmico dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O objetivo principal dessas políticas é garantir que questões financeiras não se tornem um impeditivo para a continuidade dos estudos no ensino superior.

A pesquisa de Magalhães *et al.* (2022) também analisa a história da assistência estudantil no Brasil, desde as primeiras ações até a regulamentação

VI CONGRESSO PAULISTA DE ENSINO DE CIÊNCIAS

Itapetininga, 19 de novembro de 2025

nas IFES, e a importância de uma gestão pública ética e estratégica na implementação dessas políticas. Além disso, enfatiza que as políticas de permanência não devem se restringir apenas ao apoio material, mas também incluir aspectos sociais, pedagógicos e psicológicos que favoreçam a adaptação e o sucesso dos estudantes. O estudo contribui para o entendimento de como as políticas de assistência estudantil podem ser melhoradas, oferecendo um caminho para o aprimoramento do PROMORE e outras iniciativas que busquem garantir a inclusão e permanência no ensino superior.

Em conclusão, a análise da literatura selecionada permitiu constatar que os desafios para o ingresso e a permanência de estudantes da escola pública no ensino superior formam um ciclo interligado de obstáculos. Para o ingresso, a literatura aponta a falta de preparo acadêmico decorrente de uma educação básica desigual, e os desafios emocionais como a ansiedade frente aos vestibulares e uma carência de informações e orientação profissional. Enquanto à permanência, as desigualdades socioeconômicas surgem como o principal problema, sendo que políticas de assistência estudantil, como o PNAES e o PROMORE, são essenciais, porém sua efetividade esbarra em desafios de implementação, como a garantia de recursos e a necessidade de uma abordagem que inclua suporte pedagógico e psicológico além do financeiro.

Portanto, são necessárias políticas públicas que atuem de forma simultânea no acesso, com preparação e acolhimento, e na permanência, com assistência estudantil, para transformar a democratização do ensino superior como um direito formal.

Referências

- ALAGE, S. J.; SAMPAIO, S. M. R. Adaptação no Processo de Transição do Ensino Médio à Educação Superior. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 25, n. 2, p. 402-408, 2024.
- ALMEIDA, S. S. **A importância do fies na garantia do direito ao ensino superior**. 2015.
- BARONI, J. M. B. **Acesso ao ensino superior público: realidade e alternativas**. 2010. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BONAVIDES, P. et al. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, 1994.
- BRANDÃO, C. R. **O que é Educação?** São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).
- CASTRO, J. A. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 30, p. 673-697, 2009.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 15, p. 195-224, 2010.
- FREIRE, A. M. A. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

VI CONGRESSO PAULISTA DE ENSINO DE CIÊNCIAS

Itapetininga, 19 de novembro de 2025

- FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- LEONARDI, F. G.; ROSA, A. S.; ANDREAZZA, R. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do ensino superior público federal: disputas políticas e efeitos sócio-históricos. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 11, p. e025034, 2025.
- MAGALHÃES, A. L. et al. Gestão pública e políticas públicas: programas de assistência estudantil no instituto federal de educação de Rondônia: public management and public policies: student assistance programs at the Federal Institute of Education of Rondônia. **Revista Gestão e Conhecimento**, v. 16, n. 2, p. 882-902, 2022.
- MORAES, A. G. E.; BELLUZZO, W. O diferencial de desempenho escolar entre escolas públicas e privadas no Brasil. **Nova Economia**, v. 24, n. 2, p. 409-430, 2014.
- QUIRINO, A. G. et al. A saúde mental de jovens vestibulandos de um curso preparatório comunitário. **Revista Foco**, v. 17, n. 3, 2024.
- TREVISOL, M. G.; DE ALMEIDA, M. L. P. A incorporação da racionalidade neoliberal na educação e a organização escolar a partir da cultura empresarial. **Educação e Emancipação**, São Luís, 2019.